

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações Contábeis

*Do semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos
em 31 de dezembro de 2022 e 2021.*

Conteúdo

Relatório da Administração

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e de exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 31 março de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.

Ativo				Passivo			
	Nota Explicativa	2022	2021		Nota Explicativa	2022	2021
Circulante:		88.724	42.250	Circulante:		2.460	2.785
Disponibilidades	4	1.270	231	Outras obrigações		2.460	2.785
Títulos e valores mobiliários	5	67.145	22.061	Cobrança e arrecadação de tributos		14	17
Carteira própria		55.521	11.238	Fiscais e previdenciárias	9	594	616
Cotas de Fundos de Investimentos	4	11.624	10.823	Diversas	10	1.852	2.152
Operações de Crédito		19.624	19.347	Não Circulante:		258	220
Setor privado	6a	33.243	30.205	Outras obrigações		258	220
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	6c	(13.619)	(10.858)	Diversas	10	258	220
Outros créditos		614	507	Patrimônio líquido:		87.870	89.025
Diversos	7	614	507	Capital Social	12	46.500	46.500
Outros valores e bens		71	104	De domiciliados no país		46.500	46.500
Despesas antecipadas		71	104	Reserva de lucros		41.370	43.205
Não Circulante:		1.864	49.780	Lucro/prejuízos acumulados		-	(680)
Títulos e valores mobiliários	5	-	48.293				
Carteira própria		-	48.293				
Outros créditos		426	393				
Diversos	7	426	393				
Imobilizado de uso	8	1.353	1.031				
Outras imobilizações de uso		5.296	4.591				
(Depreciações acumuladas)		(3.943)	(3.560)				
Outros Ativos Intangíveis	8	85	63				
Intangível		138	92				
(-) Amortizações		(53)	(29)				
Total do ativo		90.588	92.030	Total do passivo e patrimônio líquido		90.588	92.030

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.

Nota Explicativa	2º semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	24.654	48.676	40.919
Operações de crédito	20.402	41.121	37.837
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.252	7.555	3.082
Despesas de intermediação financeira	(9.744)	(18.796)	(14.178)
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6c (9.618)	(18.543)	(13.995)
Perdas operações de Crédito	(126)	(253)	(183)
Resultado bruto da intermediação financeira	14.910	29.880	26.741
Outras receitas/despesas operacionais	(16.299)	(31.062)	(27.421)
Despesas de pessoal	14 (5.911)	(11.446)	(11.790)
Despesas administrativas	13 (8.574)	(16.395)	(13.269)
Despesas tributárias	15 (1.292)	(2.601)	(2.086)
Outras Receitas Operacionais	5	61	12
Outras Despesas Operacionais	(527)	(681)	(288)
Resultado operacional	(1.389)	(1.182)	(680)
Resultado não operacional	27	27	-
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações	(1.362)	(1.155)	(680)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Provisão para imposto de renda	9b -	-	-
Provisão para contribuição social	9b -	-	-
Prejuízo do semestre / Exercícios	(1.362)	(1.155)	(680)
Número de ações	46.500	46.500	46.500
Prejuízo por ação	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	0	0	0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBcred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento 230.630/0001-03
Rua Libero badaró, 293 - 20º Andar

Demonstração do Resultado Abrangente para o semestre findo em 31 de dezembro de 200 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	2º semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Prejuízo do Exercício	(1.362)	(1.155)	(680)
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Ajustes de avaliação	-	-	-
Total do resultado abrangente	(1.362)	(1.155)	(680)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.

Em R\$ mil

Nota Explicativa	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Margem Operacional	Equalização Dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	46.500	-	6.005	37.200	4.074	-	93.779
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(680)	(680)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	-	-	-	-	(4.074)	-	(4.074)
Transferência para Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.500	-	6.005	37.200	-	(680)	89.025
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.500	-	6.005	37.200	-	(680)	89.025
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.155)	(1.155)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva estatutária	-	-	-	(1.835)	-	1.835	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.500	-	6.005	35.365	-	-	87.870
Saldos em 30 de junho de 2022	46.500	-	6.015	37.200	-	(483)	89.232
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(1.362)	(1.362)
Reserva Legal	-	-	(10)	-	-	10	-
Aumento de capital em homologação pelo Bacen	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva estatutária	-	-	-	(1.835)	-	1.835	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.500	-	6.005	35.365	-	-	87.870
Mutação do Período	-	-	-	(1.835)	-	680	(1.155)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.

Em R\$ mil

	Nota Explicativa	2º Semestre		Exercícios	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido ajustado		8.395	17.833	13.635	
Prejuízo do semestre / exercícios		(1.362)	(1.155)	(680)	
Ajustes ao lucro líquido		9.757	18.988	14.315	
Depreciações/Amortizações		229	407	313	
Provisão para demandas judiciais		(90)	38	7	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		9.618	18.543	13.995	
Varição em ativos operacionais		(9.434)	(14.917)	(34.368)	
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários		(2.524)	4.010	(14.280)	
(Aumento) / redução - Operações de crédito		(7.662)	(18.820)	(19.806)	
(Aumento) / redução - Outros créditos		640	(140)	(199)	
(Aumento) / redução - Outros valores e bens		112	33	(83)	
Varição em passivos operacionais		(840)	(325)	(1.528)	
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos		2	(4)	17	
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias		-	-	(1.532)	
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias		35	(22)	126	
Aumento / (Redução) - Diversas		(877)	(299)	(139)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(10.274)	(15.242)	(35.896)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(79)	(751)	28	
Aquisição imobilizado		(79)	(751)	(146)	
Baixa imobilizado de uso		-	-	174	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	-	(4.074)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos		-	-	(4.074)	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(1.958)	1.840	(26.307)	
Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa					
No início do semestre/exercícios		14.852	11.054	37.361	
No fim do semestre/exercícios		12.894	12.894	11.054	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(1.958)	1.840	(26.307)	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 2022 e -2021

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, e regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBCred** e foram aprovadas, pela Administração, em 31 de março de 2023.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de apresentação de Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista em moeda corrente e aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, com prazo total de aplicação de até 90 dias sem restrições de uso pela Administração e / ou redução de valor pelo resgate, para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2011, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido;
- iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção ou obrigação e capacidade financeira da **Sociedade** para sua manutenção em carteira até o seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para a venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido.

As reduções no valor negociado dos Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos respectivos custos atualizados, quando não impactados por eventos temporários, serão considerados no resultado como perdas realizadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo “pró-rata die” com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo “AA” considerado risco mínimo, e “H” considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

e) Outros créditos e Outros valores e bens

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 21% (2021 – 20%) (Nota 09).

j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e carta circular 3429/10, da seguinte forma:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estavam compostos conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	-	4
Depósitos bancários a vista	1.269	227
Títulos e valores mobiliários	11.624	10.823
Disponibilidades	12.893	11.054

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	55.521	55.521	59.996	59.996
Cotas de fundo de renda fixa	11.624	11.624	10.358	10.358
TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS	67.145	67.145	70.354	70.354

- (i) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 7.555 (R\$ 3.065 em 2021).

6. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

a) Por tipo de operação e níveis de risco:

<u>Níveis de Risco</u>	<u>2022</u>								<u>2021</u>	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
Empréstimo à Pessoa física	12.430	1.294	2.440	1.625	1.294	1.462	1.695	11.003	33.243	30.205

b) Por faixas de vencimento e níveis de risco

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/2/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

	31/12/2022								31/12/2021	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
01 a 30 dias	2.836	287	444	209	113	93	68	112	4.162	3.616
31 a 60 dias	3.844	319	555	240	118	92	49	75	5.292	4.197
61 a 90 dias	1.664	133	256	91	44	18	4	12	2.222	2.745
91 a 180 dias	3.131	277	421	82	28	13	3	4	3.959	4.134
181 a 365 dias	684	34	46	5	2	2	0	0	773	1.497
Acima de 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Parcelas Vencidas	12.159	1.050	1.722	627	305	218	124	203	16.408	16.200
01 a 14 dias	271	6	124	101	70	61	29	52	714	742
15 a 30 dias	0	238	225	201	125	104	113	196	1.202	1.142
31 a 60 dias	0	0	369	315	234	227	201	400	1.746	1.615
61 a 90 dias	0	0	0	381	256	278	266	585	1.766	1.251
91 a 180 dias	0	0	0	0	304	574	962	2.924	4.764	3.763
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	6.643	6.643	5.175
Parcelas Vencidas	271	244	718	998	989	1.244	1.571	10.800	16.835	13.688
TOTAL CARTEIRA	12.430	1.294	2.440	1.625	1.294	1.462	1.695	11.003	33.243	29.888
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-62	-13	-73	-163	-388	-731	-1.186	-11.003	-13.619	-10.858
Total Líquido Operações de Crédito	12.368	1.281	2.367	1.462	906	0	509	0	19.624	19.030

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	10.858	10.092
Provisão no exercício	20.707	15.386
Reversão provisão no exercício	(2.164)	(1.391)
Baixa para controle em compensação	(15.782)	(13.229)
Total de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.619	10.858

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no exercício, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receitas da intermediação financeira – operações de crédito, sendo o valor recuperado em 31 de dezembro de 2022 R\$ 4.468 (R\$ 6.102 em 2021).

7. Outros créditos

<u>Ativo</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros Créditos - Diversos		
Circulante	614	507
Adiantamento a funcionários	31	46
Adiantamento a fornecedores	46	29
Impostos e contribuições a compensar	213	213
Títulos e Créditos a receber	49	28
Outros	275	191
Não Circulante	426	393
Depósitos judiciais (Nota 11)	93	60
Impostos e contribuições a compensar (CSLL)	333	333
TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	1.040	900

8. Imobilizado de uso

a) Composição

<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>2022</u>			<u>2021</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	-1.743	1.649	-94	0
Móveis e equipamentos	10%	-1.359	683	-676	700
Sistema de comunicação	10%	-164	68	-96	61
Equipamentos de Informática	20%	-1.525	1.038	-487	272
Sistema de Transportes	20%	505	-505	0	0
TOTAL IMOBILIZADO		-4.286	2.933	-1.353	1.033

Item	%	2022			2021
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros ativos intangíveis	(i)	-138	53	-85	62
TOTAL INTAGIVEL		-138	53	-85	62

b) Movimentação do Custo

Item	31/12/2021	Movimento do Custo			Saldo em
		Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.566	177	0	0	1.743
Móveis e equipamentos	1.254	105	0	0	1.359
Sistema de comunicação	115	49	0	0	164
Equipamentos de Informática	1.151	374	0	0	1.525
Sistema de Transportes	505	0	0	0	505
Outros ativos intangíveis	92	46	0	0	138
TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)	4.683	751	0	0	5.434

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

9. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

a) Composição

Tributárias	2022	2021
IRPJ LUCRO REAL	0	0
CSLL LUCRO REAL	0	0
IMPOSTOS S/TERCEIROS	4	4
PIS	25	23
COFINS	154	141
TOTAL TRIBUTÁRIAS	183	168

<u>Previdenciárias</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRRF S/SALARIOS	218	226
INSS	146	164
FGTS	46	58
CONTR. SINDICAL	1	0
TOTAL PREVIDENCIÁRIAS	411	448
TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	594	616

b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros	(1.155)	(680)
(-) Juros sobre capital próprio	-	-
(-) Lucro/Prejuízos	(1.155)	(680)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(10.325)	(3.455)
Adições	20.235	14.981
Exclusões	(30.560)	(18.436)
Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social	(11.480)	(4.135)
Imposto de Renda corrente	=	=
Imposto de renda	-	-
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	-	-
Dedução Limite 4% - PAT	-	-
Contribuição Social corrente	=	=
Alíquota efetiva	21,00%	0,00%
Ajustes	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do exercício	=	=
Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	=	=
Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar / restituir	-	-

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do exercício, totalizando R\$ 30.560 em 31 de dezembro 2022 (R\$ 18.426 em 2021).

10. Outras obrigações –Diversas

(i) Refere-se ao recebimento parcial devido à renegociação de dívida.

<u>Passivo</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras Obrigações - Diversas		
Circulante	<u>1.852</u>	<u>2.152</u>
Pagamentos a efetuar - Pessoal	914	1.284
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	126	87
Credores diversos no país	53	113
Recebimento parcial	759	668
Não Circulante	<u>258</u>	<u>220</u>
Provisão passivo contingente	258	220
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	<u>2.110</u>	<u>2.372</u>

11. Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

A movimentação do passivo contingente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, ocorreram como demonstrado abaixo:

11.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
Saldo em 31/12/2021	220
Reversão de provisão	(90)
Constituição de provisão	128
(-) Depósitos judiciais	(93)
Saldo Líquido em 31/12/2022	165

11.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>2022</u>			<u>2021</u>
	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>	<u>Depósitos</u> <u>Judiciais</u>	<u>Valores</u> <u>Líquidos</u>	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>
Cíveis	258	(93)	165	220
TOTAL PROVÁVEL	258			220

11.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	459	439
TOTAL POSSÍVEL	459	439

A Sociedade possui depósitos, na ordem de R\$ 93 em dezembro de 2022 (R\$ 60 em 2021), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 459 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 439 em 2021).

Não existem, em curso, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Capital Social da **JBCred** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a Sociedade destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, devem ser estipulados aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

13. Despesas administrativas

	2022 2º semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Água, energia e gás	53	128	101
Aluguel	317	635	594
Despesa de comunicações	148	293	263
Condomínio		142	138
Manutenção e conservação	59	76	81
Despesas de materiais	47	116	61
Despesas de processamento de dados	831	1.540	1.394
Propaganda e publicidade	222	542	327
Seguro patrimonial	-	-	5
Serviços sistema financeiro	3.042	6.482	7.623
Serviços de terceiros	2.439	3.811	919
Serviços técnicos especializados	983	1.976	1.227
Despesas de transportes	16	36	45
Amortização	13	11	-
Depreciação	215	23	16
Benfeitorias imóveis de terceiros	10	383	296
Outras	179	201	179
Total	8.574	16.395	13.269

14. Despesas com pessoal

	2022 2º semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Diretoria - honorários	549	879	660
Pessoal - benefícios	1.158	2.262	2.354
pessoal - encargos sociais	1.192	2.291	2.348
Pessoal - proventos	3.004	6.000	6.363
Pessoal - treinamentos	8	14	65
Total	5.911	11.446	11.790

15. Despesas tributárias

	2022 2º semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Despesas tributárias	244	520	444
COFINS	901	1.791	1.412
PIS	147	2.601	230
Total	1.292	4.912	2.086

16. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e Gestores de “Compliance”, sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das operações, a Administração e os Gestores de “Compliance” alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional Para a Administração e Gestores de “Compliance” da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de “Compliance” Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria

Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para que o processo de avaliação das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

i) Risco de mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou e vem aperfeiçoando a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e Gestores de "Compliance", como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco ("VaR"), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pelas normas atuais, o cálculo do Risco de Crédito segue a rigor aos ensejos de uma Sociedade de Crédito que ocupa o **segmento S5** perante o Banco Central do Brasil.

ii) Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução nº 4.557/2017, do CMN, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco Integrada, a **Sociedade** estruturou a área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), sendo esta, a responsável pela manutenção normativa da Gestão do Risco de Crédito enquanto as áreas de Crédito e Produtos ficam responsáveis pela manutenção operacional e gestão das ações mitigadoras do risco de Crédito.

A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes, em relação a existência de restrições à obtenção do crédito no Mercado Financeiro com as demais Instituições Financeiras, comumente citadas como Crédito para Negativados. As concessões das operações para este tipo de consumidor são coordenadas e monitoradas pela Administração em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de "Credit Score" e "Behavior Score". Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução nº 2682/1999, do CMN, onde encontram formalizadas as regras de classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerencias sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade do departamento financeiro.

A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pela área de Gestão Financeira e pelos Gestores do “GRCIC”.

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução nº 3954/2011, do CMN, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de Risco estabelecidos pela Administração e pelos Gestores do “GRCIC”, são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas e acompanhadas pela “GRCIC” de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento de casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas) é analisado sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito.

iii) Risco operacional

A Gestão do Risco Operacional também é disciplina da área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução nº 4.557/2017, do CMN, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Gestão de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A Gerência de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o “Datawarehouse” para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter

informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como "Business Intelligence".

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance".

A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenados em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

iv) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria Financeira e Presidência, que monitoram e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações da Resolução nº 4.327/2014 e posteriores do Banco Central do Brasil, a JBCRED está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas sócio ambientais, concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A JBCRED não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e extremamente pulverizados e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução nº 4.390/2014, do CMN e normas posteriores e visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as ocorrências e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pelo departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC).

vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;
- Amplo envolvimento da área de Gestão de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases;

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

17. Ouvidoria

A **Sociedade** possui formalizada e operacional a área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução nº 4.433/2015, do CMN e Circular nº 3.370/07, do BACEN, que consiste em atuar como canal de comunicação entre a **Sociedade** e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

18. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 a **Sociedade** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.160 e (R\$ 8.260 em 2021). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

19. Instrução CVM nº 381

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa, de acordo com as disposições estabelecidas pela Instrução CVM nº 381.

20. Limites operacionais

Através de seus Instrumentos Normativos e em busca da convergência com os aspectos prudenciais trazidos pelo Acordo de Basiléia, o BACEN alterou e vem modernizando sua metodologia de cálculo do Patrimônio, bem como as ponderações por graus de risco, sendo requerida a manutenção de patrimônio líquido mínimo exigido, correspondente a 11% do montante das operações ativas ponderadas por graus de risco, que variam de 0% a 300%.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Sociedade** são de natureza de não negociação, voltadas às Pessoas Físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Circular nº 3.644/2013, do BACEN e posteriormente ajustada e formalizada pela Resolução nº 4.193/2013 que definiu as regras e cálculos orientados aos ativos ponderados pelo risco (RWA). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

A **Sociedade** possui indicador superior ao referenciado pelo Índice Basileia, ao percentual básico nos termos do Acordo de Basileia, que atualmente é de 11%.

Quadro de Limites Operacionais referentes a 31/12/2022:

Patrimônio de Referência – (PR)	87.870
Ativos Ponderados pelo Risco	34.896
RWAmpad (RWAjur1)	361
RWAcpad	30.486
RWAopad – Indicador Básico	4.050
RBan	638
Índice Basiléia	251.80%

21. Eventos Subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreu nenhum evento subsequente que alterasse significativamente o resultado ou situação patrimonial da sociedade.

Diretoria

Rodrigo Della Casa

Diretor Presidente

Elaine Florentino de Gois

Diretora

Marcelo Alcides Ignácio Pereira

Contador – CRC 1SP 212924/O-3

JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao semestre e exercício findo em 31 de
dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e aos Acionistas da
JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

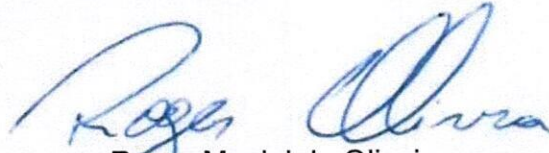
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP


Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico